

**4º WORKSHOP DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOCOMBUSTÍVEIS
UFVJM-UFU**

A Transição Energética como Desafio Civilizatório: Crítica Estrutural e caminhos para além do capitaloceno numa análise mediada pelos biocombustíveis no Brasil

Nery dos Santos de Assis^a, Alexandre Walmott Borges^b, Tatiana Cardoso Squeff^c, Marlon Antônio Rosa^d, Diogo Augusto Debs Hemmer^e

^a Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Biocombustíveis da UFU, Pesquisador do observatório de regulação das energias renováveis. E-mail: nery.assis@ufu.br

^b Professor do programa de pós-graduação em biocombustíveis, líder do observatório de regulação das energias renováveis. E-mail: walmott@gmail.com

^c Professora do programa de pós-graduação em biocombustíveis da UFU, professora da UFRGS. E-mail: tatiafrcardoso@gmail.com

^d Mestre em Direito e Garantias Fundamentais pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia (PPGDI/UFU). Pesquisador membro do LAECC. E-mail: marlon1vsp@gmail.com

^e Graduado em ciências econômicas e direito, especialista em gestão e business law. Pesquisador do Digital Law Academy, do Laboratório Americano de estudos constitucionais comparados, e do Observatório da Regulação da Energia Renovável da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: diogo@hemmeradvocacia.com

RESUMO

A transição energética transcende a substituição tecnológica, exigindo ruptura com o paradigma do Capitaloceno, que vincula a crise climática à lógica capitalista de exploração. No Brasil, mesmo com políticas como RenovaBio, os biocombustíveis perpetuam contradições: agroenergia associada a mudanças no uso do solo, incentivos sem critérios socioambientais robustos e megaprojetos que reforçam desigualdades. A análise do ciclo de vida (ACV) expõe falácias de neutralidade ao ignorar externalidades como perda de biodiversidade e emissões indiretas, além da ausência de padronização de pesquisas orientadoras de Políticas Públicas. A transição efetiva demanda descolonizar imaginários desenvolvimentistas, substituindo o PIB por indicadores de equidade e harmonia ecológica. Isso implica descentralização do poder, controle social sobre recursos, redução estrutural do consumo em países ricos e priorização de sistemas cooperativos (*commoning* energético). Neste sentido, o direito deve ser instrumento para subordinar interesses corporativos a metas ecológicas, garantindo participação democrática e evitando transições injustas. A escolha civilizatória está entre reformas superficiais (*greenwashing*) e uma rearticulação radical que reconheça a Terra como tecido vivo e integrando, tendo a justiça climática e desmercantilização da natureza como fim, num ato de ressignificação da produção e consumo de energia, na tentativa de construir um modo de (re)existir que possibilite a vida no planeta.

Palavras-chave: *transição energética, ACV, biocombustíveis, justiça energética, mudanças climáticas.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.